



PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

PATRIARCHY AND POWER: AN INTERDISCIPLINARY APPROACH

PATRIARCADO Y PODER: UN ENFOQUE INTERDISCIPLINARIO

Reinaldo Días¹, Fernanda Matos²

e483939

<https://doi.org/10.47820/recima21.v4i8.3939>

PUBLICADO: 08/2023

RESUMO

Este artigo procura aprofundar a análise da inter-relação entre patriarcado e poder, focalizando especificamente o contexto brasileiro. Iniciando com uma introdução, o estudo pretende esclarecer os objetivos e o significado dessa análise no ambiente sociopolítico contemporâneo. A seção de metodologia descreve as ferramentas e métodos interdisciplinares empregados para coletar e avaliar os dados. Isso é complementado pelo referencial teórico que delinea os principais conceitos e teorias sobre patriarcado, dinâmica de poder e suas interconexões. O cerne da pesquisa examina o patriarcado e o poder no Brasil, esclarecendo alguns dos fatores culturais, históricos e políticos únicos que moldaram a dinâmica nessa região. No segmento de resultados e discussão é feita uma síntese dos resultados obtidos, detalhando o profundo impacto das estruturas patriarcais na distribuição e exercício do poder no Brasil. O estudo culmina na seção de considerações finais, que não apenas revisita os temas centrais e os *insights* do artigo, mas também ressalta as implicações e recomendações para futuras pesquisas e formulação de políticas. Por meio deste estudo abrangente, espera-se contribuir para o crescente discurso sobre as dinâmicas de gênero e poder em todo o mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Patriarcado. Poder. Feminismo. Machismo.

ABSTRACT

This article seeks to deepen the analysis of the interrelationship between patriarchy and power, focusing specifically on the Brazilian context. Starting with an introduction, the study aims to clarify the objectives and meaning of this analysis in the contemporary socio-political environment. The methodology section describes the interdisciplinary tools and methods employed to collect and evaluate the data. This is complemented by the theoretical framework, which outlines the main concepts and theories about patriarchy, power dynamics and their interconnections. The core of the research examines patriarchy and power in Brazil, shedding light on some of the unique cultural, historical, and political factors that have shaped the dynamics in this region. In the segment of results and discussion, a synthesis of the results obtained is made, detailing the profound impact of patriarchal structures on the distribution and exercise of power in Brazil. The study culminates in the concluding remarks section, which not only revisits the paper's core themes and insights, but also highlights the implications and recommendations for future research and policymaking. Through this comprehensive study, we hope to contribute to the growing discourse on gender and power dynamics around the world.

KEYWORDS: Patriarchy. Power. Feminism. Machismo.

RESUMEN

Este artículo busca profundizar el análisis de la interrelación entre patriarcado y poder, centrándose específicamente en el contexto brasileño. A partir de una introducción, el estudio pretende aclarar los objetivos y el significado de este análisis en el entorno sociopolítico contemporáneo. La sección de metodología describe las herramientas y métodos interdisciplinarios empleados para recopilar y evaluar los datos. Esto se complementa con el marco teórico, que describe los principales conceptos y teorías sobre el patriarcado, las dinámicas de poder y sus interconexiones. El núcleo de la

¹ Doutor em Ciências Sociais e Mestre em Ciência Política pela UNICAMP. Especialista com pós-graduação em Ciências Ambientais pela USF. Professor e coordenador de cursos.

² Núcleo de Estudos Organizacionais e Sociedade (NEOS) - UFMG.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

investigación examina el patriarcado y el poder en Brasil, arrojando luz sobre algunos de los factores culturales, históricos y políticos únicos que han dado forma a la dinámica en esta región. En el segmento de resultados y discusión, se hace una síntesis de los resultados obtenidos, detallando el profundo impacto de las estructuras patriarcales en la distribución y el ejercicio del poder en Brasil. El estudio culmina en la sección de observaciones finales, que no solo revisa los temas y puntos de vista centrales del documento, sino que también destaca las implicaciones y recomendaciones para futuras investigaciones y formulación de políticas. A través de este estudio exhaustivo, esperamos contribuir al creciente discurso sobre las dinámicas de género y poder en todo el mundo.

PALABRAS CLAVE: Patriarcado. Poder. Feminismo. Machismo.

INTRODUÇÃO

Nos anais da história humana, o nexo entre patriarcado e poder permaneceu como um sustentáculo consistente, embora às vezes sutil, das estruturas sociais. Uma teia de ideologias e práticas entrelaçadas, o sistema patriarcal moldou a dinâmica de poder em várias culturas e épocas. Embora as manifestações do patriarcado difiram entre as regiões, entender sua interação específica com o poder em diversos contextos pode oferecer *insights* profundos sobre o desenvolvimento social, valores e normas. O Brasil, uma nação com uma rica diversidade de culturas, história e influências, apresenta um estudo de caso particularmente significativo e exemplar do que acontece em todo o mundo. Seu terreno sociopolítico multifacetado oferece oportunidade para mergulhar nas peculiaridades e universalidades da dinâmica de poder patriarcal. Este artigo procura explorar a relação entre patriarcado e poder no Brasil, a partir de uma série de ferramentas e teorias interdisciplinares. Ao examinar essa relação, não apenas se aprofunda a compreensão do cenário sociocultural do Brasil, mas também contribui para o discurso acadêmico mais amplo sobre gênero, poder e suas implicações de longo alcance para a sociedade global. À medida que se transita pelos campos da teoria, da história e das realidades contemporâneas, essa exploração destaca a necessidade urgente de abordar, desafiar e potencialmente remodelar os paradigmas patriarcais que influenciam a dinâmica de poder no mundo hoje.

MÉTODO

Para examinar de forma abrangente a interação entre patriarcado e poder no Brasil, este estudo adota uma abordagem em duas frentes: uma revisão sistemática e uma análise secundária de dados.

A revisão sistemática garante uma abordagem rigorosa e estruturada para a coleta de dados, permitindo a síntese abrangente da literatura existente sobre o tema. As etapas realizadas incluem uma busca em bases de dados acadêmicas importantes como JSTOR, Google Scholar, Research Gate, Academia.edu, SPELL e Scopus que foram utilizadas para busca de literatura relevante. As palavras-chave utilizadas na busca englobaram combinações de "patriarcado", "dinâmica de poder", "Brasil", "gênero" e termos relacionados.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

A análise de dados secundários por sua vez, envolve a análise de conjuntos de dados existentes para coletar *insights* quantitativos que complementam os dados qualitativos obtidos a partir da revisão sistemática. Foram analisados conjuntos de dados de instituições como o Banco Mundial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a ONU Mulheres. Subconjuntos de dados relevantes, como índices relacionados ao gênero, participação feminina em papéis políticos e disparidades salariais de gênero, foram identificados e analisados em relação ao patriarcado e às dinâmicas de poder.

Essas metodologias, combinando a riqueza de *insights* qualitativos de uma revisão sistemática com a força empírica da análise de dados secundários, garantem uma compreensão exhaustiva da interação entre patriarcado e poder no contexto brasileiro.

PATRIARCADO E PODER

Nas últimas décadas, a academia expandiu seu foco no patriarcado, vendo-o como um sistema social complexo que se estende além da simples hierarquia de gênero (Connell, 2012). Esta tem sido uma exploração multifacetada, não limitada a um campo específico, mas vista através das disciplinas da sociologia, ciência política, antropologia entre outras que reforçam os estudos de gênero. Este estudo contempla discursos que se cruzam entre patriarcado e poder, explorando as formas pelas quais o primeiro constitui e reforça o segundo.

O conceito de patriarcado é fundamental para compreender a dinâmica do poder em diversas sociedades ao redor do mundo. Trata-se de um sistema no qual homens, como categoria, dominam mulheres, também enquanto categoria, tanto a nível individual quanto coletivo (Walby, 1991). Ao longo dos anos, este sistema se manifestou em diversas formas, moldando não apenas relações intergênero, mas também estruturas econômicas, políticas e sociais.

Historicamente, o patriarcado originou-se nas organizações familiares, onde o chefe da família detinha autoridade e poder sobre seus membros, principalmente as mulheres (Lerner, 2019). A partir destas raízes familiares, o sistema patriarcal expandiu-se para outras esferas da sociedade, estabelecendo homens como dominantes em posições políticas, econômicas e sociais.

Delphy (2009) destaca que o termo "patriarcado" possui origens antigas e seu significado evoluiu ao longo do tempo. No fim do século XIX, com o surgimento das primeiras teorias sobre os "estágios" evolutivos das sociedades humanas, o termo sofreu uma mudança. Mas foi no final do século XX, impulsionado pela "segunda onda" do feminismo dos anos 70 no Ocidente, que o conceito ganhou um novo significado. Nesse contexto feminista, o patriarcado passou a ser entendido como uma estrutura social onde o poder é detido predominantemente por homens, sendo quase equivalente às ideias de "dominação masculina" e opressão feminina. Estas terminologias, populares nos anos 70, aludem ao que anteriormente era referido como "subordinação", "sujeição" das mulheres ou "condição feminina".

A perspectiva feminista sobre o termo "patriarcado" tornou-se predominante, entendendo-o como a dominação masculina, independentemente de laços biológicos paternos. Esta definição é



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

corroborada por dicionários contemporâneos, como o Collins Thesaurus de 1987, que define o patriarcado como "Uma forma de organização social na qual um homem é o líder da família e de sua linhagem". Durante os anos 70, o conceito de patriarcado foi rapidamente adotado por diversos movimentos feministas como a representação central do sistema que necessitava ser desafiado e transformado (Delphy, 2009).

O patriarcado refere-se à manifestação e consolidação da dominância masculina sobre mulheres e crianças, tanto no âmbito familiar quanto na sociedade. Esta definição indica que, em geral, os homens detêm poder nas principais instituições sociais, limitando o acesso das mulheres a esse poder. No entanto, isso não implica que as mulheres sejam completamente desprovidas de direitos, influência ou recursos. Um desafio significativo na História das Mulheres é identificar as diversas manifestações históricas do patriarcado, suas evoluções e adaptações frente às reivindicações femininas. Enquanto o patriarcado representa um sistema de dominância masculina institucionalizado, o paternalismo é uma manifestação específica dessa relação (Lerner, 2019).

Assim, podemos dizer que o patriarcado compreende uma intrincada rede de estruturas e relações que, por meio de sua capilaridade, institucionaliza a dominação masculina e a subordinação feminina (Walby, 2011). Em uma abordagem mais ampla, o patriarcado engloba múltiplos níveis - individual, familiar, social e institucional - e transcende as fronteiras culturais e geográficas (Kimmel, 2010).

Indiscutivelmente, a influência mais profunda do patriarcado é na constituição de relações de poder, geralmente enviesadas em favor dos homens (Kandiyoti, 2013). O conceito de poder, tal como teorizado por Michel Foucault (2014), não é necessariamente uma ferramenta empregada por um grupo opressor, mas é difundido e reproduzido nas relações sociais cotidianas e no discurso. Nesse sentido, o patriarcado molda o poder ao estruturar as relações sociais de forma a favorecer os homens em detrimento das mulheres (Butler, 2018).

No campo da economia, estruturas e ideologias patriarcais contribuem para a discriminação e exclusão sistêmicas das mulheres. Pesquisas têm demonstrado que as mulheres estão desproporcionalmente representadas em setores de baixos salários e suportam o peso do trabalho não remunerado, que tem sido amplamente atribuído a normas e estruturas patriarcais (Benería, 2015; Duflo, 2012). Essa subordinação econômica é um mecanismo fundamental pelo qual o patriarcado exerce poder, restringindo o acesso das mulheres a recursos e processos de tomada de decisão.

Os sistemas patriarcais infiltraram-se profundamente nas estruturas sociais. O trabalho de Federici (2019) argumenta que a transição para sistemas econômicos capitalistas reforçou o patriarcado, especialmente através da divisão de trabalho com base no gênero, com homens dominando as esferas produtivas e mulheres restritas às esferas reprodutivas.

Estudos feministas destacam que muitas mulheres trabalhadoras estão confinadas a certas áreas profissionais, frequentemente rotuladas como "trabalho de mulheres", que são, em geral, mal remuneradas, de baixo *status* e raramente incluem posições de liderança. Além disso, essas



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

pesquisas sublinham a tendência, tanto em discursos liberais quanto marxistas, de analisar o ambiente de trabalho sem considerar sua intersecção com a esfera doméstica. Muitas vezes, supõe-se que o trabalhador padrão seja um homem, que consegue se dedicar inteiramente ao seu trabalho porque sua esposa assume, sem remuneração, as responsabilidades de cuidar da casa e da família. Quando essa esposa também tem um emprego remunerado, ela, na prática, acaba trabalhando em dois turnos, equilibrando o trabalho assalariado e as demandas domésticas (Pateman, 2013).

Relatório 2023 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) alerta para uma lacuna salarial e de emprego duradoura para as mulheres, sem melhorias significativas nas últimas duas décadas. O estudo sublinha que as disparidades de gênero no acesso ao emprego e nas condições de trabalho são maiores do que o previsto. As responsabilidades pessoais e familiares, incluindo o trabalho não remunerado, afetam desproporcionalmente as mulheres, dificultando não só a sua empregabilidade, mas também os seus esforços na procura de emprego. O relatório conclui com a dura estatística global: para cada dólar que os homens recebem de renda do trabalho, as mulheres ganham apenas 51 centavos (OIT, 2023).

Da mesma forma, na esfera política, as estruturas patriarcais trabalham para manter a dominação masculina. Isso fica evidente na falta de representatividade feminina em posições significativas de poder globalmente (Krook, 2017). Por meio de leis, normas e práticas, o patriarcado mantém o controle dessas posições, garantindo o domínio dos homens nesses espaços.

Dados da ONU Mulheres indicam uma falta significativa de representatividade feminina nos níveis globais de tomada de decisão, destacando uma grande disparidade de gênero em posições de poder. Em 2023, apenas 34 mulheres lideram como chefes de Estado ou de governo em 31 países. A trajetória atual sugere que alcançar a paridade de gênero em cargos de topo pode levar mais 130 anos. Da mesma forma, apenas 22,8% dos membros do gabinete que lideram ministérios são mulheres, com apenas 13 países alcançando um gabinete de igualdade de gênero. A projeção de paridade de gênero nos órgãos legislativos nacionais só deve ocorrer em 2063. A representação regional varia, com a América Latina e o Caribe liderando com 36% de parlamentares mulheres, seguidos pela Europa e América do Norte com 32%. Outras regiões ficam atrás, com o Norte de África e o Oeste da Ásia no valor mais baixo, com 18%. Isso ressalta a necessidade urgente de uma reforma da representação de gênero nas estruturas políticas globais (UN Woman, 2023).

Muitos estudos também se concentraram nos aspectos culturais e ideológicos do patriarcado. Connell (2012) discute o conceito de 'masculinidade hegemônica', referindo-se a uma forma culturalmente exaltada de masculinidade que perpetua estruturas patriarcais de poder. Na mídia, a representação das mulheres em papéis subservientes e a glorificação da 'masculinidade hegemônica' perpetuam as normas patriarcais, reforçando as estruturas de poder (Gill, 2016).

A pesquisa *Geena Davis Institute on Gender in Media*, de 2019, revelou disparidades de gênero persistentes nas propagandas, com personagens masculinos predominando tanto em quantidade quanto em presença na tela. Da mesma forma, um estudo da Ebiqurity demonstrou que apenas 4% dos anúncios de 2016 apresentavam mulheres em cargos de liderança. Naquele mesmo



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

ano, a Autoridade de Padrões de Publicidade do Reino Unido proibiu anúncios estereotipados de gênero. No entanto, muitas marcas mantêm uma perspectiva masculina ao abordar as mulheres, sugerindo sua identidade e potencial. Esse viés se estende ao marketing infantil, com as meninas incentivadas a priorizar a gentileza e a aparência, sublinhando a premissa falha de que as ambições das mulheres estão centradas na aprovação masculina. Essa persistente desigualdade de gênero na mídia e no marketing ressalta uma necessidade urgente de mudança (Altman, 2021).

Bell Hooks (2018) expandiu a discussão sobre patriarcado ao considerá-lo um sistema de poder que vai além da opressão de gênero. Para Hooks, o patriarcado também intersecta com outras formas de opressão, como raça, classe e sexualidade. Este entendimento mais amplo do patriarcado o coloca no centro da discussão sobre as desigualdades e hierarquias de poder em muitas sociedades contemporâneas.

Muitas feministas argumentam que o patriarcado se cruza com outras formas de opressão sistêmica, como raça e classe, produzindo dinâmicas complexas de poder. No entendimento de Lerner (2019), "a classe não é um constructo separado do gênero. Em vez disso, a classe é expressa em termos relacionados ao gênero". Essa argumentação postula que a experiência de opressão não é homogênea, mas varia com base nessas interseções (Collins, 2015) entre diferentes formas de opressão sistêmica.

O patriarcado depende da cooperação das mulheres para funcionar. Essa colaboração é assegurada através de variados métodos: inculcação de normas de gênero, limitações educacionais, privação do conhecimento de sua própria história, categorização das mulheres como "respeitáveis" ou "desviantes" com base em sua conduta sexual; por meio de restrições, coerções, discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político. Além disso, privilégios de classe são concedidos àquelas que se conformam a essas normas. Durante quase quatro milênios, as ações e vidas das mulheres foram moldadas sob a influência do patriarcado, sendo uma de suas manifestações mais proeminentes a dominação paternalista (Lerner, 2019).

Os esforços para dismantelar as estruturas de poder patriarcal variaram de reforma legal a ativismo de base. Alguns estudiosos argumentam que o aumento da representação feminina em posições de poder pode subverter o patriarcado. Pois há uma forte associação entre a representação política feminina e o aumento da igualdade de gênero, (Pande, 2011). No entanto, outros autores argumentam que o patriarcado está tão profundamente enraizado que simplesmente aumentar a representação não é suficiente. Em vez disso, propõem uma transformação mais ampla das normas, estruturas e instituições sociais, observando que substituir homens individuais em estruturas inalteradas não muda, por si só, as dinâmicas profundas da masculinidade, que estão ancoradas nas vidas e identidades de um grande número de homens e nas interpretações culturais disponíveis para eles (Connell, 2019; Fraser, 2013).

Quando as circunstâncias históricas permitem e as mulheres possuem os meios sociais e experiências para fundamentar novas compreensões, emerge a consciência feminista. Esta consciência evolui em fases, começando pelo reconhecimento da injustiça, passando pela noção de



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

irmandade, definição autônoma de metas e, por fim, pela visão de um futuro alternativo. Esta tomada de consciência torna-se política quando mulheres identificam injustiças comuns e se mobilizam em esferas políticas, econômicas e sociais. Enfrentando resistências, elas se apoiam em sua força coletiva, desenvolvendo um senso de irmandade e novas culturas femininas. Através dessas experiências, elas redefinem suas demandas e teorias, afastando-se do androcentrismo e centralizando nas mulheres. No campo acadêmico, os Estudos das Mulheres procuram reinterpretar a cultura histórica feminina, impulsionando sua emancipação. Assim, através do resgate de sua história e raízes, as mulheres vislumbram e projetam futuros alternativos, reivindicando o direito de definir e decidir, assim como os homens fizeram no Renascimento (Lerner, 2019).

Enquanto o conceito de patriarcado tem sido central nas teorias feministas, ele também foi alvo de críticas. Butler (2018) argumenta que o foco estrito no patriarcado pode, às vezes, obscurecer outras formas interseccionais de opressão. Além disso, Mohanty (2003) destaca que a ideia de um patriarcado universal pode ser problemática, uma vez que diferentes culturas e sociedades manifestam patriarcado de maneiras variadas e complexas.

Em resumo, o patriarcado, como uma complexa teia de relações e estruturas, desempenha um papel significativo na formação de dinâmicas de poder em vários domínios sociais. Embora tenham sido feitos progressos, as estruturas patriarcais continuam a exercer uma influência considerável, necessitando de mais investigação e de esforços concertados para dismantelar essas estruturas. O patriarcado, como conceito, oferece uma ferramenta crítica para entender as dinâmicas de poder em diferentes sociedades. Embora suas manifestações e influências tenham evoluído ao longo do tempo, sua presença persistente nas estruturas e relações de poder garante sua relevância contínua nos estudos acadêmicos e nas discussões políticas.

UM EXAME DO PATRIARCADO E DO PODER NO BRASIL

O Brasil, uma nação de culturas diversas, rica história e complexidade sociopolítica, oferece uma possibilidade única para entender a interação entre patriarcado e poder. As histórias entrelaçadas de colonização, escravidão e subsequentes transformações sociopolíticas contribuíram para as intrincadas dinâmicas de gênero e poder do país.

No meio sociocultural do Brasil, o patriarcado continua exercendo profunda influência na dinâmica de poder da sociedade. Esse sistema patriarcal, caracterizado pela dominação masculina e hierarquia de gênero, consolidou-se no tecido da sociedade brasileira, moldando os âmbitos social, político e econômico. Como visto anteriormente, o patriarcado, como um sistema social dominante, posiciona os homens como detentores de autoridade, controle e poder, reduzindo as mulheres a papéis secundários. Segundo Da Matta (1997), o Brasil, com sua formação histórica e cultural marcada pelo colonialismo, escravidão e pela cultura machista, apresenta uma intensificação desses elementos patriarcais. Lerner (2019, p. 323), esclarece que “machismo define a ideologia de supremacia masculina, de superioridade masculina e de crenças que a apoiem e sustentem. Machismo e patriarcado se reforçam de forma mútua”.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

As origens das estruturas patriarcais do Brasil remontam à época colonial portuguesa. Os colonos trouxeram consigo a cultura ibérica, que tinha uma orientação patriarcal distinta (Myscowski, 2013). Durante o período colonial, o poder estava concentrado nas mãos de poucos homens brancos, enquanto as populações indígenas e os escravos experimentavam a subjugação. As mulheres, independentemente de suas origens étnicas, eram frequentemente relegadas a papéis subalternos na hierarquia sociocultural. O poder e o privilégio concedidos aos homens brancos nesse período estabeleceram as bases da sociedade patriarcal brasileira.

Historicamente, o colonialismo português introduziu ideologias patriarcais no Brasil, reforçando a superioridade e o controle masculinos (Bethell, 2014). Esse sistema de governança se solidificou durante o período da escravidão, criando um legado duradouro de desigualdade de gênero e raça (Schwartz, 1988). Conseqüentemente, o patriarcado tornou-se uma ferramenta para garantir a ordem social e perpetuar o controle masculino na sociedade brasileira.

O papel da Igreja Católica na formação das normas de gênero no Brasil não pode ser subestimado. Historicamente, a igreja perpetuou papéis tradicionais de gênero, enfatizando as responsabilidades das mulheres como mães e cuidadoras, o que influenciou as normas e valores da sociedade (Burdick, 1998). Além disso, as políticas estatais durante o século 20, especialmente durante os períodos da ditadura militar, consolidaram ainda mais os papéis de gênero, muitas vezes deixando de lado os direitos das mulheres em favor de um "bem nacional maior" (Alvarez, 2021).

A supremacia masculina tem sido tradicionalmente reforçada na sociedade brasileira através de leis e práticas sociais. Um exemplo histórico disso é o Código Civil de 1916, que negava direitos básicos às mulheres, incluindo o direito de votar e trabalhar sem o consentimento do marido (Carneiro, 2003). Embora as reformas legais desde então tenham melhorado a situação das mulheres, a estrutura patriarcal ainda permeia as instituições e a cultura política.

No ambiente político, a sub-representação feminina no Brasil é um reflexo dessa estrutura patriarcal. A política brasileira continua predominantemente dominada por homens, com mulheres significativamente sub-representadas em cargos governamentais (Inglehart; Norris, 2003). Apesar de a lei brasileira exigir que pelo menos 30% dos candidatos a cargos políticos sejam mulheres (Lei nº 9.504/1997), elas permanecem em grande desvantagem em termos de representação política. Essa disparidade sugere que, embora haja políticas para promover a igualdade de gênero, as normas patriarcais ainda moldam o cenário político (Sacchet, 2018). Essa desigualdade é perpetuada por normas sociais e práticas institucionalizadas que favorecem a liderança masculina, reflexo de valores patriarcais arraigados (Lovenduski; Norris, 2003).

A representatividade feminina em altos cargos de poder, especialmente no Congresso Nacional brasileiro, ainda é marcadamente inferior à dos homens. Com o Brasil posicionado em 146º lugar entre 193 países, a média global de participação das mulheres nos parlamentos, segundo a União Interparlamentar (UIP), é de 26,4%, um contraste gritante com a realidade nacional. Mesmo com o número de deputadas na Câmara Federal aumentando de 77 para 91 em 2022, esse total representa apenas 17% dos 513 assentos. No Senado, a disparidade é ainda mais acentuada, com



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

apenas 10 de 81 senadores sendo mulheres. Caso o Brasil aderisse à média global, a Câmara teria 135 deputadas, evidenciando a extensão da sub-representação feminina. (Selvatti; Sales; Travassos, 2023; ACN, 2022).

O Brasil viu sua primeira mulher presidente, Dilma Rousseff, tomar posse em 2011. No entanto, seu impeachment em 2016 trouxe à tona os desafios que as mulheres enfrentam na arena política brasileira. Apesar da existência de leis de cotas destinadas a aumentar a representação feminina na política, elas permanecem sub-representadas em todos os níveis de governo (Sacchet, 2018). A dinâmica entre patriarcado e poder fica evidente nas narrativas políticas, onde as mulheres políticas muitas vezes enfrentam mais escrutínio, tanto profissional quanto pessoal, do que seus colegas homens.

Os efeitos do patriarcado são igualmente pronunciados no âmbito econômico brasileiro. Apesar da crescente participação das mulheres na força de trabalho, elas continuam a suportar uma parcela desproporcional do trabalho doméstico não remunerado, uma clara manifestação dos desequilíbrios de poder baseados no gênero (Beneria, 2015). Além disso, persistem disparidades salariais entre homens e mulheres, com as mulheres ganhando menos do que seus colegas homens por realizarem trabalho semelhante (Blau; Kahn, 2003).

Segundo pesquisa do IBGE, a realidade do mercado de trabalho brasileiro ainda é marcada pela desigualdade de gênero e a dupla jornada feminina. Em 2019, apenas 54,5% das mulheres acima de 15 anos estavam empregadas, com renda média 23% menor que a masculina. Na prática, para cada R\$1 ganho por um homem, uma mulher ganhava apenas 77 centavos. Além disso, as mulheres dedicavam quase o dobro de tempo que os homens a cuidados pessoais e tarefas domésticas - uma média de 21 horas semanais, contra 11 dos homens. Esse cenário, que se mantém inalterado há anos, impacta não apenas a remuneração feminina, mas também a própria natureza de suas ocupações. A carga horária de tarefas domésticas aumenta ainda mais entre as mulheres negras e as de menor renda, indicando a dificuldade em delegar tais atividades (Freire, 2021).

No Brasil, o racismo sistêmico e o patriarcado colocam as mulheres negras na base da hierarquia social, refletindo os problemas históricos do país. É essencial entender que o racismo sistêmico sustenta as disparidades entre indivíduos negros e não negros, influenciando profundamente todas as construções sociais. Uma das manifestações mais profundas desse racismo é a desvalorização social dos corpos negros, particularmente das mulheres negras. No entanto, é crucial distinguir entre diferentes formas de opressão: enquanto as mulheres brancas enfrentam opressão de gênero, as mulheres negras suportam um duplo fardo - são oprimidas tanto por sua raça quanto pelo gênero. Esse entendimento suscita a necessidade de reflexão sobre os desafios únicos enfrentados pelas mulheres negras no Brasil (Carvalho, 2022).

O patriarcado sustenta ainda vários aspectos da vida social no Brasil. O machismo, uma forma exagerada de masculinidade que valoriza o poder, a dominação e a proeza sexual, continua sendo uma ideologia cultural difundida (Stevens, 1973). Essa ideologia perpetua a dominação



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

masculina e a subordinação feminina, reforçando as dinâmicas de poder embutidas nas normas patriarcais.

A cultura misógina está intrinsicamente ligada ao patriarcado. A sociedade brasileira se construiu sob uma perspectiva masculina, o que frequentemente normaliza a ideia de superioridade masculina desde a infância. Isso não só incita comportamentos desiguais em relação ao gênero, como também contribui para a falta de igualdade de gênero nos espaços de poder, especialmente na política. Além disso, impulsiona várias formas de violência contra as mulheres e a população LGBTQIA+, pois a LGBTfobia se fundamenta na misoginia e no machismo, marcados pelo desdém pelo feminino, infelizmente considerado inferior (De Souza, 2023).

O patriarcado no Brasil também se manifesta na forma de violência de gênero, que é uma expressão de poder e controle. A violência contra as mulheres no Brasil é alarmante, com taxas de feminicídio entre as mais altas do mundo (Waiselfisz, 2015). Esta violência, endossada pelo silêncio da sociedade, é uma ferramenta de manutenção do *status quo* patriarcal (Meneghel *et al.*, 2013).

O 17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública trouxe dados alarmantes sobre o aumento da violência de gênero no Brasil em 2022. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), estimam-se 822 mil casos anuais de estupro, sendo a maioria das vítimas (61,4%) meninas de até 13 anos. Em 2022, a violência escalou, com 1.437 feminicídios - aumento de 6,1% em relação a 2021 - e mais de 4.000 mulheres assassinadas em outras circunstâncias. Além disso, o número de assédio e importunação sexual cresceu, totalizando mais de 33 mil casos. A violência doméstica persiste, com quase 250 mil agressões e mais de 600 mil ameaças registradas, refletindo a urgente necessidade de fortalecer as políticas públicas para combater a discriminação e violência de gênero (Ruy, 2023).

O ordenamento jurídico brasileiro também reflete e perpetua ideologias patriarcais. Apesar dos avanços legislativos, a aplicação das leis contra a violência de gênero é muitas vezes inadequada devido a vieses patriarcais no judiciário e na aplicação da lei. Como resultado, a violência de gênero, uma clara manifestação do poder patriarcal, continua sendo uma questão premente no Brasil (Meneghel *et al.*, 2011).

A maneira como os papéis de gênero, são simbolicamente construídos e perpetuados, é notavelmente visível na argumentação da defesa em tribunais em todo o Brasil. Estes argumentos fazem alusões claras às normas de gênero culturalmente aceitas para culpar as vítimas e diminuir a responsabilidade dos acusados. Esta prática tem raízes profundas na jurisprudência brasileira, reforçada por traços patriarcais do conceito de "defesa legítima da honra". Embora oficialmente rejeitada, esta ideia ressurgue na justificativa de "forte emoção causada por provocações justas da vítima". Contudo, atribuir culpa às vítimas baseada em normas de gênero não se limita à defesa; tal tendência também se faz presente nas decisões judiciais (Magalhães, 2018).

Contudo, o patriarcado no Brasil tem enfrentado desafios crescentes. Movimentos feministas e de direitos humanos têm se mobilizado para desafiar o *status quo*, pressionando por reformas legais e conscientização social (Alvarez, 2021). Apesar dessas iniciativas, é preciso mais esforços para dismantelar a estrutura patriarcal e alcançar a igualdade de gênero.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

A mobilização das mulheres no Brasil está crescendo há mais de 40 anos, com uma crescente rejeição à violência de gênero e uma proclamação alta e clara: "Quem ama não mata, não humilha, não maltrata". A violência machista é entendida pelo movimento feminista como uma característica estrutural que deve ser desafiada, e ao questioná-la também significa questionar o modelo de sociedade capitalista, patriarcal, racista, homo-lesbofóbico e colonialista. Reconhece-se amplamente que é essencial combater as raízes da violência e buscar transformações sociais para a construção de uma sociedade igualitária, onde a violência de gênero seja universalmente rejeitada (Faria, 2017).

O cenário cultural brasileiro tem sido um campo de batalha para desafiar as normas patriarcais. Música, literatura e artes muitas vezes refletem as tensões entre as normas tradicionais de gênero e as ideologias feministas em evolução. Artistas e escritores contemporâneos, têm usado suas plataformas para desafiar e criticar as estruturas patriarcais da sociedade brasileira.

A influência do patriarcado nas estruturas de poder no Brasil é generalizada e multifacetada. Cruzando-se com diversas esferas sociais, molda as dinâmicas políticas, econômicas e sociais do país, perpetuando desigualdades de gênero e desequilíbrios de poder. Embora os movimentos de resistência ofereçam expectativa de mudança, a natureza profundamente arraigada do patriarcado no Brasil impõe desafios significativos à transformação sistêmica. Embora progressos tenham sido feitos, o patriarcado ainda molda muitos aspectos da vida social e política brasileira. Para promover uma sociedade mais igualitária, é essencial continuar questionando e desafiando as estruturas de poder arraigadas e que mantêm a desigualdade de gênero de forma institucionalizada.

RESULTADOS

Ao examinar o intrincado nexos entre patriarcado e poder no Brasil, emergem vários temas que se destacam, contextualizados por trajetórias históricas, dinâmicas sociopolíticas e expressões culturais.

- a. Continuidades e discontinuidades históricas. Os resultados ressaltam que as dinâmicas atuais de gênero e poder do Brasil estão fortemente ancoradas em seu passado colonial. Enquanto os colonos portugueses lançaram as bases para as normas patriarcais, essas normas se transformaram, se adaptaram e, às vezes, se intensificaram sob regimes políticos subsequentes. Apesar disso, há notáveis discontinuidades, especialmente nas áreas urbanas, onde a globalização e a interação com os discursos feministas globais têm estimulado mudanças nas relações de gênero.
- b. Influências religiosas e retrocessos seculares. A Igreja Católica, historicamente, exerceu uma influência formidável nas construções de gênero do Brasil. No entanto, a ascensão da laicidade e de práticas religiosas diversas, incluindo as religiões afro-brasileiras, criou espaços onde normas patriarcais tradicionais são negociadas, quando não abertamente contestadas.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

- c. Disparidades econômicas e oportunidades emergentes. Apesar das persistentes disparidades de gênero na economia brasileira, há um surgimento de empreendimentos empresariais liderados por mulheres e uma presença significativa de mulheres na economia informal. Esses caminhos, embora às vezes nasçam da necessidade, estão gradualmente desafiando estruturas econômicas dominadas por homens.
- d. Política: Representação x Realidade. A presidência de Dilma Rousseff foi um momento marcante na história política do Brasil. No entanto, seu impeachment demonstrou os vieses patriarcais arraigados no campo político. Enquanto as leis de cotas sugerem progresso no papel, os desafios práticos enfrentados pelas mulheres políticas, do escrutínio da mídia aos vieses sistêmicos, destacam uma realidade mais complexa.
- e. Ressonâncias Culturais. A arte e a cultura no Brasil emergiram como ferramentas potentes tanto para refletir quanto para desafiar as normas patriarcais. A paisagem cultural diversificada, da literatura à música, mostra não apenas os preconceitos de gênero arraigados, mas também a resistência contra eles.

DISCUSSÃO

A jornada do Brasil de um território colonizado para um Estado-nação moderno tem sido marcada por uma disputa contínua entre normas patriarcais arraigadas e ideologias emergentes de igualdade de gênero. Enquanto a história fornece um projeto, o Brasil contemporâneo está negociando ativamente essas normas, resultando em um meio sociocultural dinâmico, às vezes volátil.

As vias econômicas, formais e informais, são campos de batalha cruciais. À medida que as mulheres criam nichos de empreendedorismo ou dominam certos setores da economia informal, há potencial para reestruturação econômica que desafia o domínio patriarcal.

A política, ao mesmo tempo em que mostra o progresso superficial, precisa de uma introspecção mais profunda. Os vieses sistêmicos e os obstáculos que as mulheres políticas enfrentam exigem reformas estruturais e não apenas medidas simbólicas.

Por fim, o domínio cultural no Brasil, com sua vitalidade e diversidade, continua sendo um farol de esperança. Ela não apenas espelha as visões da sociedade, mas também abre caminho para desafiar e reconfigurar as normas de gênero.

CONSIDERAÇÕES

A exploração do patriarcado e do poder no Brasil fornece um vasto repertório de legados históricos, desafios sociopolíticos e resistências culturais. Este estudo ressalta a tenacidade das normas patriarcais que não apenas sobreviveram como, em alguns aspectos, prosperaram ao longo de várias épocas da história brasileira. Desde os primórdios coloniais marcados pela influência portuguesa até os cenários contemporâneos impactados pela globalização, as dinâmicas de gênero no Brasil estão em constante mutação.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

O legado colonial português, ao mesmo tempo em que forneceu a estrutura fundamental para o patriarcado, também lançou as bases para a resistência. À medida que o Brasil passou por diferentes regimes políticos e mudanças sociais, os papéis das mulheres e a natureza do poder patriarcal experimentaram transformações, nem sempre lineares e ocasionalmente repletas de retrocessos.

As instituições religiosas, particularmente a Igreja Católica, desempenharam um papel duplo – consolidando algumas normas, ao mesmo tempo em que eram espaços de consolo espiritual e, às vezes, de dissidência. O Brasil contemporâneo, com sua paisagem religiosa diversificada, apresenta uma interação mais complexa entre fé e normas de gênero.

As arenas da economia e da política apresentam uma justaposição de progresso e vieses arraigados. Embora as mulheres estejam avançando no mundo dos negócios e nos espaços políticos, esses avanços são frequentemente enfrentados com desafios estruturais e sociais.

O vibrante meio cultural do Brasil oferece talvez a ferramenta mais potente tanto para a reflexão quanto para a resistência contra as normas patriarcais. Artistas, músicos e escritores fornecem continuamente narrativas que desafiam, criticam e, às vezes, remodelam construções sociais.

Em conclusão, o Brasil está em um cruzamento único, onde as sombras de seu passado colonial se misturam com as aspirações de uma nação moderna. Enquanto lida com seus legados patriarcais, a nação também assiste ao surgimento de poderosas contra narrativas. O caminho para uma sociedade mais equitativa em termos de gênero está em curso, marcado por desafios e oportunidades. Os *insights* colhidos a partir do contexto do Brasil servem como um testemunho da resiliência e dinamismo das mulheres brasileiras e oferecem lições para outras nações que apresentam situações semelhantes.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS - ACN. **Bancada feminina aumenta 18,2% e tem duas representantes trans.** [S. l.]: ACN, 3 out 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/911406-bancada-feminina-aumenta-18-e-tem-2-representantes-trans/>.

ALTMAN, Mara. Yes, Marketing Is Still Sexist. **The New York Times**, 26 aug. 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/08/26/us/marketing-industry-sexism-brandsplaining.html>.

ALVAREZ, S. E. **Engendering Democracy in Brazil: Women's Movements in Transition Politics.** Princeton: Princeton University Press, 2021.

BENERIA, L.; BERIK, G.; FLORO, M. **Gender, development, and globalization: economics as if all people mattered.** [S. l.]: Routledge, 2015. 320 p.

BETHELI, L. **The Cambridge History of Latin America: Brazil Since 1930.** Cambridge: Cambridge University Press, 2014. v. 9. 634 p.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
 Reinaldo Dias, Fernanda Matos

BLAU, F. D.; KAHN, L. M. Understanding international differences in the gender pay gap. **Journal of labor economics**, v. 21, n. 1, p. 106-144, 2003.

BURDICK, John. **Procurando Deus no Brasil. A Igreja Católica Progressista no Brasil na Arena das Religiões Urbanas Brasileiras**. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. *In*: HOLLANDA, Heloísa Buarque (org). **Pensamento feminista - conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro, Bazar do tempo, 2019.

CARVALHO, Neudes. A mulher negra no mercado de trabalho. **Estadão**, 12 maio 2022. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/a-mulher-negra-no-mercado-de-trabalho/>

COLLINS, P. H. Intersectionality's Definitional Dilemmas. **Annual Review of Sociology**, v. 41, p. 1–20, 2015.

CONNELL, R. Gender, health and theory: Conceptualizing the issue, in local and world perspective. **Social Science & Medicine**, v. 74, n. 11, p. 1675-1683, 2012.

CONNELL, R. **The good university: What universities actually do and why it's time for radical change**. [S. l.]: Monash University Publishing, 2019.

DA MATTA, R. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. São Paulo: Rocco, 1997.

DE SOUZA, Aldaci. Deputadas defendem a desnaturalização do machismo. **Agência de Notícias Alese**, 24 mar 2023. Disponível em: <https://al.se.leg.br/deputadas-defendem-a-desnaturalizacao-do-machismo/>

DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; LE DOARÉ, Hélène; Senotier, Danièle. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp. 2009. p.173-179

DUFLO, E. Women empowerment and economic development. **Journal of Economic Literature**, v. 50, n. 4, p. 1051-1079, 2012.

FARIA, Nalu. O feminicídio e a luta contra o machismo na agenda política. **Carta Capital**, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/gr-ri/o-femicidio-e-a-luta-contra-o-machismo-na-agenda-politica/>

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva**. [S. l.]: Editora Elefante, 2019.

FOUCAULT, M. **A história da sexualidade Vol. 1: a vontade de saber**. São Paulo: Paz & Terra, 2014. 176 p.

FRASER, N. **Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis**. São Paulo: Verso Books, 2013. 224 p.

FREIRE, Tamara. Dupla jornada e salários menores: realidade que ainda afeta mulheres. **Agência Brasil**, 4 mar 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia->



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

nacional/economia/audio/2021-03/dupla-jornada-e-salarios-menores-realidade-que-ainda-afeta-mulheres

Gill, R. Post-postfeminism?: new feminist visibilities in postfeminist times. **Feminist Media Studies**, v. 16, n. 4, p. 610-630, 2016.

HOOKS, B. **A Vontade de Mudar Homens, Masculinidade e Amor**. traduzido por Ayodele e Ezequias Jagge. Rio de Janeiro: Coletivo Nuvem Negra, 2018.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. **Rising tide**: Gender equality and cultural change around the world. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

KANDIYOTI, D. Bargaining with Patriarchy. **Gender & Society**, v. 2, n. 3, p. 274-290, 2013.

KIMMEL, M. **Misframing men**: The politics of contemporary masculinities. [S. l.]: Rutgers University Press, 2010. 256 p.

KROOK, M. L. Violence against women in politics. **Journal of Democracy**, v. 28, n. 1, p. 74-88, 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2019.

LOVENDUSKI, J.; NORRIS, P. Westminster women: the politics of presence. **Political Studies**, v. 51, n. 1, p. 84-102, 2003.

MAGALHÃES, M. M. A. **Feminicídio e sistema de justiça criminal: uma análise dos processos judiciais da comarca de Belo Horizonte/MG (2000-2016)**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Ciência Política da UFMG – Belo Horizonte, MG, 2018.

MENEGHEL, S. N. *et al.* Rotas críticas de mulheres em situação de violência: depoimentos de mulheres e operadores em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 4, p. 733-742, 2011.

MOHANTY, C. T. **Feminism Without Borders**: Decolonizing Theory, Practicing Solidarity. [S. l.]: Duke University Press, 2003.

MYSCOFSKI, C. **Amazons, Wives, Nuns, and Witches**: Women and the Catholic Church in Colonial Brazil, 1500-1822. [S. l.]: University of Texas Press, 2013.

OIT. **New data shine light on gender gaps in the labour market, Spotlight on Work Statistics nº12**. [S. l.]: OIT, 2023. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/publication/wcms_870519.pdf.

PANDE, R. Can informed voters enforce better governance? Experiments in low-income democracies. **Annual Review of Economics**, v. 3, p. 215-237, 2011.

PATEMAN, Carole. Críticas Feministas à Dicotomia Público/Privado. p. 55 – 80. *In*: BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe (Org.). **Teoria política feminista – textos centrais**. Vinhedo: Horizonte, 2013. p. 55.

Ruy, M. A. Até quando o Brasil vai suportar a desigualdade e a violência de gênero?. **Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil-CTB**, 24 jul 2023. Disponível em: <https://ctb.org.br/noticias/opiniao/ate-quando-o-brasil-vai-suportar-a-desigualdade-e-a-violencia-de-genero/>



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

PATRIARCADO E O PODER: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR
Reinaldo Dias, Fernanda Matos

SACCHET, T. Why gender quotas don't work in Brazil? The role of the electoral system and political finance. **Colombia Internacional**, v. 95, p. 25-54, 2018.

SCHWARTZ, S. B. **Segredos internos**: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835). São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 470 p.

SELVATTI, P.; SALES, A.; TRAVASSOS, E. Equilíbrio entre gêneros ainda é uma realidade distante na política. **Correio Braziliense**, 24 fev. 2023. Disponível em: <https://www.correio braziliense.com.br/cidades-df/2023/02/5071203-equilibrio-entre-generos-ainda-e-uma-realidade-distante-na-politica.html>

STEVENS, E. P. Machismo and marianismo. **Society**, v. 10, n. 4, p. 57-63, 1973.

UNWOMAN. Facts and figures: Women's leadership and political participation. **UNWoman**, march. 2023. Disponível em: https://www.unwomen.org/en/what-we-do/leadership-and-political-participation/facts-and-figures#_edn5.

WAISELFISZ, J. J. Mapa da violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil. **FLACSO**, 2015.

WALBY, S. The Future of Feminism. **Polity Press**, 2011. 224 p.

WALBY, S. **Theorizing Patriarchy**. [S. l.]: Blackwell Publishers, 1991.